

VALORES EPISTÊMICOS NO NATURALISMO NORMATIVO DE PHILIP KITCHER

EDUARDO SALLES O. BARRA

Universidade Estadual de Londrina

Abstract

This paper aims at analyzing Philip Kitcher's naturalistic epistemology, particularly its normative features, which are viewed as a sort of response to negative assessments made by radical naturalists on the plurality of epistemic values. According to them such values are ineffective for normative ends, e.g. theory choice. Differently from that quite excessive evaluation, Kitcher argues rather for explanatory unity as the most important and universal epistemic value. Even though Kitcher's arguments are sound, there remains some serious gaps as regards his attempts; there are also serious doubts about the desirability of achieving such a value.

As mudanças científicas passaram a ser compreendidas de um modo radicalmente novo desde que Kuhn afirmou que deveriam ser analisadas não a partir de “regras” metodológicas, mas dos “valores” expressos pelos indivíduos e pelas comunidades científicas envolvidos. No Posfácio à *Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn vale-se dos “valores constitutivos” da ciência para descrever os critérios pelos quais os cientistas escolhem “entre maneiras incompatíveis de praticar sua disciplina” (1978: 229).¹ O enfoque kuhniano contrapõe-se aos modelos normativos da escolha de teorias baseados na aplicação de regras metodológicas, entendidas como “algoritmo[s] capaz[es] de ditar uma escolha unânime e racional” (Kuhn 1989: 390). Valores, ao contrário de regras, são sempre suscetíveis a divergências quanto a sua significação e aplicabilidade, divergências

que podem surgir mesmo entre indivíduos que compartilhem os mesmos valores e, por isso, pertençam à mesma comunidade científica.

As novas possibilidades de análise contidas no enfoque proposto por Kuhn foram profundamente exploradas por Kitcher na articulação de sua epistemologia naturalista. A exemplo de Kuhn, ele se insurge contra a concepção de que a tarefa da metodologia da ciência seja essencialmente “lógica” e que assim reduz a construção e justificação de teorias a um procedimento algorítmico mediante princípios metodológicos cuja aplicação independe de quais sejam os objetos de investigação e, principalmente, os agentes cognitivos que os empreguem e articulem. Kitcher encara a proposta de uma “lógica da ciência” como uma notória extensão dos ideais da epistemologia pós-fregeana para as questões da filosofia da ciência. Deve-se a Frege a formulação original da dupla orientação meta-epistemológica que conduz a busca por uma “lógica da ciência”: o desprezo sistemático por quaisquer considerações de ordem psicológica e a crença no caráter apriorístico dos princípios epistemológicos. A idéia de que “os valores [epistêmicos] são articulados utilizando-se das crenças dominantes sobre a natureza” (Kitcher 1992: 74), presente nas investidas de Kuhn contra a atribuição de um caráter *a priori* aos princípios metodológicos, estão entre as motivações para o *turn* — ou *return* — naturalista preconizado por Kitcher.

Mas Kitcher distancia-se de Kuhn em ao menos dois pontos cruciais: a atribuição de um caráter normativo aos valores epistêmicos e a “reabilitação” da verdade como um valor epistêmico superior aos demais. É discutível se Kuhn desprezou irremediavelmente qualquer tentativa de normativismo metodológico. Há diversas leituras possíveis sobre o caráter normativo de suas descrições dos procedimentos e dos princípios metodológicos que os cientistas de fato empregam.² Mas, quanto a considerar a verdade como o valor epistêmico supremo, não há a menor dúvida de que Kuhn não estaria disposto a aceitar. Na própria

avaliação de Kitcher, grande parte das atuais preocupações filosóficas com relação à noção de verdade e a suposição de que a ciência objetiva a verdade foram reforçadas pela ênfase dada por Kuhn à ausência de uma perspectiva extrateórica para avaliarmos nossas crenças e ao necessário envolvimento de uma metafísica extravagante e complicada na articulação da própria noção de verdade (cf. Kitcher 1993a: 129 e 1993b: 162n).

Meu objetivo neste artigo é analisar a posição de Kitcher a respeito do papel dos valores epistêmicos no interior do seu normativismo naturalista, destacando a sua defesa da verdade como valor epistêmico supremo e universal, donde decorre, conforme veremos, uma forma alternativa de compreender as exigências de uma interpretação realista da ciência. Reservarei para o final uma breve problematização dessa posição. Minha análise estará concentrada na seção 8 de "The Naturalists Return" (1992),³ onde Kitcher faz uma apresentação programática da sua filosofia da ciência naturalista. Por enquanto, é importante alertar o leitor para uma particularidade terminológica importante. Tomarei como sinônimos os termos 'valor' (*value*), 'virtude' (*virtue*), 'bem' (*good*), 'objetivo' (*goal*) e 'fins' (*ends*) que Kitcher às vezes emprega indistintamente num mesmo contexto. (Como se percebe, inclusive o vocabulário da lógica, composto de 'regra', 'algoritmo', 'prova' e 'proposição', foi substituído aos poucos por um outro mais próximo do da ética, sugerindo que a análise epistemológica das práticas científicas não pode prescindir de considerações genuinamente *axiológicas*.) Da mesma forma, serão usados indistintamente os adjetivos 'epistêmico' e 'cognitivo' para qualificar qualquer um daqueles termos. (Aqui as razões talvez sejam mais óbvias: segundo Kitcher, nenhum diagnóstico ou recomendação de ordem *epistêmica* faz sentido se não levar em conta as peculiaridades *cognitivas* do sujeito ou da comunidade a que se destinam — o que, por sua vez, sugere que as análises epistemológicas não possam prescindir de considerações genuinamente *psicológicas*.)

1. O valor epistêmico supremo e universal

O cenário de fundo para as idéias de Kitcher é composto, de um lado, pelo contínuo declínio da epistemologia pós-fregeana fundada na tríade ‘normativismo, apriorismo e antipsicologismo’ e, de outro, pelo emergente naturalismo radical que, sustentado por variados estudos psicológicos, sociológicos e históricos acerca dos padrões e processos *reais* de conhecimento, não deixa nenhuma margem de manobra para uma epistemologia normativa. A intenção de Kitcher é ampliar essa margem de manobra a tal ponto que antigas expectativas acerca da epistemologia possam ser mantidas no interior de uma perspectiva naturalista. Isso resultaria no que ele chama de “naturalismo tradicional”: em parte, uma retomada do projeto meliorativo dos primeiros epistemólogos modernos (Bacon, Descartes, Hume, Kant e Mill) e, em parte, uma revisão das posições daqueles autores contemporâneos (Armstrong, Goldman, Dretske, Laudan, Shapere, Rescher e Kornblith, entre outros) responsáveis pela reintrodução “discreta” — isto é, sem superestimar o seu alcance — das considerações de ordem psicológica e histórica na epistemologia.

O normativismo epistemológico que Kitcher espera poder sustentar com a retomada do projeto meliorativo do “naturalismo tradicional” depende de que se possa, em primeiro lugar, especificar as estratégias cognitivas que promovem a realização dos objetivos cognitivos. Mas, antes disso, é preciso saber dizer quais são esses objetivos cognitivos. A tarefa normativa primordial da epistemologia é, portanto, identificar os valores epistêmicos. Para esse fim, não se dispensa o consagrado instrumento da epistemologia pós-fregeana, qual seja, a análise conceitual: “uma das tarefas do naturalismo tradicional é articular a noção de ‘virtude epistêmica’ em relação à qual os aperfeiçoamentos cognitivos potenciais devem ser avaliados” (Kitcher 1992: 76). Mas, se o objetivo for sustentar a identificação dos valores epistêmicos em estudos empíricos das estratégias que de fato pro-

movem êxitos cognitivos no mundo real, a análise conceitual será tão insuficiente quanto o é para a especificação dessas estratégias.⁴ Como tornar, então, os estudos empíricos sobre os agentes cognoscentes e os contextos cognitivos em que se inserem relevantes para um projeto epistemológico sustentado em valores epistêmicos dotados de força normativa?

Os estudos empíricos, sobretudo da história da ciência, empreendidos sob forte influência kuhniana, oferecem um quadro bastante desolador para a possibilidade de se levar a cabo essa tarefa. Esses estudos, em geral, revelam que os objetivos atribuídos à investigação científica variam amplamente entre indivíduos, épocas e áreas de especialização. A variação frequentemente decorre de adaptações impostas pelas dificuldades em alcançar os objetivos inicialmente propostos. Diante disso, os naturalistas radicais não vêem outra saída senão relativizar as normatizações epistemológicas a determinados contextos em que se compartilham os mesmos valores epistêmicos. A epistemologia normativa, na medida em que busca identificar valores que transcendam esses contextos particulares, não passa de “um exercício inútil de moralização” (Kitcher 1992: 80).⁵

Kitcher admite que esse tipo de contestação pesa seriamente contra a manutenção do projeto normativo na epistemologia, mas acredita poder enfrentá-la mediante uma argumentação que visa compatibilizar a *desejabilidade intrínseca* do valor epistêmico supremo e universal com a sua *realizabilidade*. Quanto à realizabilidade, Kitcher pretende mostrar que, partindo dos mesmos estudos empíricos que sustentam o naturalismo radical, é possível identificar sob a aparente diversidade de objetivos identificada nos esforços dos cientistas do passado e do presente uma busca constante por um único valor supremo e universal. A situação é similar à que ocorre com o relativismo moral e antropológico, cujos proponentes são facilmente levados a identificar diferenças irreconciliáveis sem perceber que, muitas vezes, se trata apenas de articular diferentemente objetivos comuns em situações diversas. “Também na história

da ciência, os debates sobre se uma disciplina deveria expor dependências causais reais ou simplesmente 'salvar os fenômenos' não colocam em questão o valor intrínseco do objetivo mais ambicioso. As questões dizem respeito à realizabilidade (*attainability*).” (Kitcher 1992: 107)

Não existem, portanto, diversidades permanentes ou modificações genuínas dos objetivos fundamentais da ciência ao longo da sua história. O que de fato ocorre são “mudanças nas formulações dos objetivos da ciência”, que devem ser compreendidas como “expressões do objetivo *persistente* (*enduring*) de descobrir tantas verdades significativas quantas sejam possíveis aos seres humanos a partir de crenças *alteráveis* (*changing*) sobre o que seja significativo, o modo de ser da natureza e o caráter da nossa relação com ela” (Kitcher 1993a: 160). Trata-se de uma nítida aplicação do princípio meta-epistemológico que Kitcher atribui a Kuhn, segundo o qual “os valores são articulados utilizando-se das crenças dominantes sobre a natureza” (1992: 74). Disputas, diversidades e modificações não dizem respeito, portanto, à desejabilidade intrínseca do objetivo epistêmico supremo de alcançar verdades significativas, mas apenas à sua realizabilidade, isto é, ao fato de que as respostas dadas às questões tidas como significativas sejam possíveis, num determinado estágio do desenvolvimento das estratégias cognitivas, a seres cognitivamente limitados como são os seres humanos.

O sentido preciso dessa última cláusula (as limitações cognitivas humanas) para a realizabilidade do valor epistêmico veremos mais adiante. Antes temos que esclarecer uma outra cláusula ainda mais fundamental, a saber, que as verdades almejadas pela ciência são aquelas consideradas *significativas*. Como espero mostrar, será em torno dessa noção que encontraremos também os esclarecimentos para um dos pressupostos centrais do argumento de Kitcher: a verdade, no contexto das práticas científicas, possui de fato uma “desejabilidade intrínseca”. O esclarecimento desse pressuposto é decisivo, pois, a meu juízo, o argumento de Kitcher contra a diversidade ou mutabilidade dos valores

epistêmicos parece a todo instante insinuar que não se compreende o caráter contingente das restrições impostas à realizabilidade do valor epistêmico supremo porque adota-se uma concepção equivocada sobre a sua desejabilidade intrínseca. Em virtude disso, iniciarei a minha discussão por esse último aspecto.

Em face das perplexidades filosóficas suscitadas pela noção de verdade, a forma mais usual de conceber alternativas para o objetivo da ciência é adotar uma perspectiva pragmática: a ciência busca construir instrumentais teóricos capazes de antecipar o curso dos fenômenos e/ou controlá-lo segundo nossos próprios interesses. A proposta de Kitcher para o que seja o objetivo da ciência guarda um certo paralelismo com a perspectiva pragmática. Segundo ele, a ciência não busca *apenas* a verdade nem, sobretudo, *qualquer* verdade, mas busca tão-somente verdades *significativas*. Do mesmo modo que, numa perspectiva pragmática, nossos interesses práticos definem o que seja significativo, Kitcher propõe que sejam nossos interesses cognitivos que forneçam o critério de significação.

Mas o que poderia ser considerado um interesse cognitivo capaz de conferir significação às verdades independentemente de seus interesses no domínio da prática? Para Kitcher, o nosso interesse cognitivo mais fundamental é a compreensão da natureza e as tentativas mais bem-sucedidas de obtê-la resultam em teorias que ordenam os eventos naturais em categorias (espécies naturais) e interações causais (padrões explicativos). A ordenação permite unificar ou reduzir o número de fenômenos que serão considerados básicos. No tocante às dependências causais, a redução a um menor número de padrões de grande alcance permite prover explicações cada vez mais unificadoras. Assim Kitcher resume o seu enfoque geral: “a significação é derivada do projeto básico de prover a ordenação da natureza, um projeto articulado em nossas tentativas de conceituar e explicar” (1993a: 95).

No caso específico da ciência, a unificação e a explicação são valores epistêmicos que devem ser sustentados, ao lado da

verdade (e, às vezes, acima dela, sobretudo quando se trata do emprego de *idealizações* que tornem manipulável a massa de informações relevantes), como legítimos objetivos da ciência. Desde o início da década de 80, Kitcher tem se dedicado ao desenvolvimento de um enfoque da “explicação como unificação” que, segundo sua própria avaliação, oferece uma alternativa ao antigo modelo dedutivo-nomológico de Hempel e ao recente enfoque pragmático de van Fraassen.⁶ Enquanto esses modelos rivais entendem as teorias científicas como uma classe de enunciados, preferencialmente, finitamente axiomatizados (Hempel) ou como uma família de modelos (van Fraassen), Kitcher as compreende como dispositivos para classificar e explicar. Segundo ele, “a tarefa central da teoria é identificar as propriedades que são, para fins de explicação, prioritárias e derivadas, e articular, com tantos detalhes quanto possível, as estratégias de explicação que encerram essa ordenação” (1994: 259).

Kitcher insiste, todavia, que os dispositivos classificatórios e explicativos da ciência não se esgotam nas teorias aceitas num determinado momento da sua história. Tais dispositivos devem ser melhor analisados a partir da idéia mais ampla de *prática científica*, isto é, uma entidade multidimensional que se compõe, entre outros, da *linguagem* (hierarquizações conceituais ou espécies naturais) que os cientistas utilizam no seu trabalho profissional, do conjunto de *enunciados aceitos* (incluindo imagens e diagramas) com respeito aos seus objetos de investigação e do conjunto de *padrões explicativos*. As unificações ocorrem fundamentalmente com relação a esse último componente da prática. Os *padrões* são as formas dos argumentos empregados repetidamente pelos cientistas ao fornecer uma explicação. Kitcher descreve assim o que considera ser um exemplo típico de “unificação explicativa”:

Os *Principia* [de Newton] mostraram como um estilo de argumento, um ‘tipo de raciocínio a partir de princípios mecânicos’, poderia ser usado na derivação de muitos e variados fenôme-

nos. O poder unificador do trabalho de Newton consistiu na sua demonstração de que um *padrão* de argumento poderia ser empregado repetidas vezes na derivação de uma longa série de sentenças aceitas. (...) Na busca de leis de força análogas à lei da gravitação universal, os sucessores de Newton estavam procurando generalizar o padrão de argumento apresentado nos *Principia*, a fim de que um único 'tipo de raciocínio' fosse suficiente para derivar todos os fenômenos do movimento. Se, além disso, os fatos estudados pela química, óptica e psicologia, entre outros, pudessem vir a ser relacionados aos fatos sobre o movimento das partículas, então um único padrão geral de argumento seria empregado na derivação de todos os fenômenos. Sugiro que este é o ideal de unificação que os sucessores mais imediatos de Newton buscavam e que pareceu menos provável de ser alcançado com o crepúsculo do século XVIII... (1981: 514)

Mas, bem entendido, as unificações conceituais e explicativas referidas aqui não guardam qualquer identidade com outros programas de unificação tradicionais da filosofia da ciência, como o reducionismo fiscalista ou o ideal positivista da unificação metodológica da ciência. Trata-se, ao contrário, de unificações que podem ser realizadas no interior das mais diversas práticas científicas, isto é, sob diversas linguagens e ontologias específicas, sem pressupor de antemão qualquer crença substantiva sobre o que seja "O MUNDO" ou o caráter da "única teoria verdadeira" (cf. Kitcher 1993b: 166). Do mesmo modo, não se supõe que determinados padrões explicativos e inferenciais ou regras metodológicas particulares sejam mais adequados do que os demais para realizar esse fim. A princípio, qualquer um deles, desde que funcione adequadamente, poderia prestar-se a tais unificações.

Em resumo, Kitcher procura fundamentar a desejabilidade intrínseca do valor epistêmico supremo e universal argumentando que não estamos interessados em qualquer verdade, mas apenas em verdades significativas. O que definirá o caráter significativo de uma verdade será, no caso da ciência, a sua capa-

cidade de proporcionar explicações unificadas. Assim, as teorias científicas devem fornecer padrões explicativos que permitam prover explicações cada vez mais unificadoras. Resta saber agora por que, afinal, deveríamos nós valorizar a unificação das nossas crenças.

Infelizmente, Kitcher nunca parece dar uma resposta direta a essa pergunta — estamos aqui talvez diante da origem do problema que levantarei adiante. Mas ele dispõe de uma série de razões para dar à unificação explicativa um papel de destaque na sua análise e ao menos duas delas são bastante decisivas. Primeiro, a unificação permite dar sentido às exigências de progresso conceitual e explicativo, que Kitcher concebe com um caráter nitidamente cumulativo contra todas as pretensões de incomensurabilidade ou de “perdas kuhnianas” generalizadas.⁷ Segundo, a busca de unificações tradicionalmente ocupa um lugar de destaque nas diversas formas de realismo científico. A pretensão de Kitcher é dar-lhe um destaque ainda maior.

2. Realismo mínimo e estratégia kantiana

Kitcher apresenta sua versão enfraquecida do realismo científico em contraste com uma outra versão mais forte. Ambas as versões estão comprometidas com as teses tradicionais do realismo: a crença na existência de um mundo independente dos nossos modos de representá-lo, a teoria da verdade como correspondência e, segundo a análise de Kitcher, a unificação como valor epistêmico. Com relação a essa última tese, o “realismo mínimo” de Kitcher difere do realismo forte em virtude do estatuto de realidade atribuído às espécies naturais e aos mecanismos causais. Para o realismo forte, eles são descobertos; para o realismo mínimo, eles são produzidos, isto é, não preexistem aos modos de representá-los. Para o realismo forte, a busca de unificações tem uma motivação óbvia: a natureza *tem* uma estrutura (espécies naturais e mecanismos causais) única e permanente, e é justamente isso que nossas melhores

teorias deveriam descrever. Essa tese ontológica foi consagrada na famosa sentença de Newton: “a natureza costuma ser simples e consoante consigo mesma”.⁸ Crenças substanciais sobre a natureza como esta, no entanto, geram intrincados problemas epistemológicos.⁹ Desde Hume, os filósofos se defrontam com a dificuldade de explicar o modo como obtemos evidências para enunciados que definem um determinado domínio de objetos como espécie natural ou que envolvam interações causais entre os eventos naturais. O realismo mínimo pretende justamente evitar esses problemas epistemológicos.

Uma das fontes de inspiração mais óbvias para o realismo mínimo de Kitcher são as idéias de Kant sobre o estatuto cognitivo das leis e teorias científicas. A fim de evitar os problemas epistemológicos aparentemente insolúveis colocados pelo realismo, Kitcher adota uma linha de argumentação que amplamente concorda com o que chamou de “estratégia kantiana”.¹⁰ Uma breve digressão sobre a sua leitura de Kant nos ajudará a esclarecer melhor o sentido do realismo mínimo que ele adota. Segundo Kitcher, o tratamento que o problema de Hume recebeu na *Crítica da Razão Pura* de Kant distingue-o em duas partes: primeiro, o problema da imputação causal e, segundo, o problema da atribuição de necessidade aos juízos causais (isto é, a afirmação de que certos juízos causais possuem o caráter de leis da natureza). Hume julgara que ao menos uma classe de enunciados era epistemologicamente não-problemática, qual seja, os enunciados acerca de objetos e eventos isentos de qualquer compromisso classificatório ou causal. Chamemo-los de “fatos humeanos” (*Hume facts*), como faz Kitcher. O problema da imputação causal foi, grosso modo, *dissolvido* por Kant ao mostrar na “Segunda Analogia” que a cognição de fatos humeanos depende intrinsecamente do emprego de juízos causais, isto é, dos enunciados problemáticos na avaliação de Hume. Mas isso, embora seja suficiente — se estiver correto — para diluir a distinção em que se sustentara o ceticismo de Hume sobre a causalidade, não nos permite ainda justificar

nem a verdade nem a necessidade de enunciados particulares que envolvam esse conceito. Sob quais condições poderíamos atribuir o estatuto de leis empíricas aos enunciados que descrevem conexões causais entre eventos e objetos?

Kant trata desse último problema numa outra seção da *Crítica da Razão Pura*, “Apêndice da Dialética Transcendental”, e nas duas introduções à *Crítica do Juízo*. Em linhas gerais, Kant conclui que a necessidade ou o caráter de leis da natureza (*law-likeness*) atribuído a determinados juízos causais deve ser uma função da sua inserção num sistema que, no limite ideal da investigação, promovesse a “unificação sistemática” de nossas crenças.¹¹ Ou, na descrição conscientemente anacrônica de Kitcher, a resposta kantiana à pergunta acima consiste em afirmar que enunciados do tipo $(x)(Ax \rightarrow Bx)$ assumem o caráter de enunciados contrafactuais quando podemos incorporá-los num sistema hierarquizado — a condição para que, além do condicional material, o condicional forte possa ser afirmado (cf. 1994: 257).

Ao interpretar assim a estratégia kantiana para enfrentar o problema de Hume, Kitcher reivindica uma certa similaridade entre ela e a sua própria posição, principalmente quanto à alternativa que ambas oferecem aos problemas epistemológicos gerados pelo realismo forte. Segundo ele, ambas compartilham a perspectiva de que

a unificação da nossa explicação do mundo é um *desideratum* para nós, um *desideratum* que colocamos à frente de encontrar a verdade literal nas várias ocasiões em que idealizamos os fenômenos. A estrutura causal do mundo, a divisão das coisas em espécies, a dependência objetiva entre os fenômenos, são todas produzidas a partir de nossos esforços de organização. Assim, dizer que um predicado particular distingue uma espécie natural é pretender que a delimitação da sua extensão figuraria na prática (ideal) última. Aclamar um esquema [isto é, um padrão explicativo] como correto é predizer que ele tomará parte da unificação ideal dos fenômenos. (1993a: 172)

Como se pode notar, há diferenças substanciais entre a “unificação explicativa” de Kitcher e a “unidade sistemática” de Kant. Por exemplo, enquanto Kant incorpora as dependências causais em “leis”, Kitcher incorpora-as em “padrões explicativos”. Mas eles coincidem em ao menos dois pontos cruciais: não se supõe que essas relações existam independentemente de nossas formas de representá-las e a legitimidade das atribuições de verdade e necessidade a elas decorre da sua incorporação a sistemas que promovem a máxima unidade possível de nossas crenças.

Tudo isso foi observado com o intuito de esclarecer a justificação de Kitcher para a afirmação de que a ciência busca verdades significativas. O principal movimento argumentativo nesse sentido consiste em traduzir significação em termos de unificação explicativa e conceitual, de tal modo que, “se estamos interessados na virtude cognitiva, podemos então concebê-la como determinada em termos das contribuições à descrição estruturada da natureza” (Kitcher 1992: 105). Serão tais contribuições que finalmente determinarão quais verdades são “cognitivamente desprezíveis” e quais são “cognitivamente valiosas”. As verdades cognitivamente desprezíveis podem corretamente ser substituídas por idealizações — que são, literalmente falando, falsas —, desde que essa substituição represente uma contribuição significativa para a promoção de uma explicação estruturada da natureza. Conforme se lê na citação do parágrafo anterior, esse é o critério último para a distinção adequada de espécies naturais e para a correção dos padrões explicativos. E, visto que espécies naturais e interações causais são meras projeções na natureza das tentativas de fornecer explicações estruturadas e não preexistem a elas, falar da sua possível correspondência a uma realidade independente parece não fazer qualquer sentido.

3. A reabilitação naturalista da verdade

Se essa leitura estiver correta, por que, então, Kitcher insiste em manter a verdade como *a* virtude epistêmica? A sua res-

posta a essa pergunta retórica irá nos mostrar que as suas motivações para evitar o realismo forte não se limitam ao problema epistemológico referido acima. A defesa naturalista de Kitcher da verdade como o objetivo da ciência envolve um apelo explícito aos resultados empíricos das investigações psicológicas, resultados que, ao apontarem os limites da atividade cognitiva humana, podem sugerir quais seriam as estratégias cognitivas factíveis e o que se pode legitimamente esperar alcançar mediante essas estratégias.

O apelo mais direto de Kitcher à psicologia para articular teses epistemológicas surge na sua crítica às conseqüências céticas derivadas do argumento do impregnacionismo teórico (*theory-ladenness*) da observação. Alguns naturalistas radicais recorrem ao impregnacionismo teórico com o intuito de sustentar a tese de que os desacordos teóricos na ciência são insolúveis mediante a confrontação dos sistemas rivais com a natureza. Assim, mesmo que os desacordos venham a ser finalmente resolvidos por algum processo de conversão, isso jamais tornará compatíveis (ou comensuráveis) os sistemas rivais, seja pelo emprego de suas versões desenvolvidas subseqüentemente, seja pelo recurso a estratégias cognitivamente superiores (cf. Kitcher 1992: 97). A pretensão de Kitcher é mostrar que se as “confrontações com a natureza” não devem (e não podem) ser consideradas o “único fator determinante” das mudanças cognitivas, devem (e podem) ao menos ser consideradas “um relevante fator causal”. Para tanto, ele se apóia nos resultados de estudos empíricos recentes sobre a cognição e a percepção para articular a “tese de que a percepção fornece uma base extrateórica (*theory-independent*), intersubjetivamente acessível, para conferir e corrigir as pretensões teóricas...” (1993a: 61 e 66-7).¹² Os detalhes da articulação dessa tese terão que ser aqui omitidos. Mas um dos seus aspectos é essencial para a pergunta acima: certos resultados das investigações psicológicas sustentam a pressuposição epistemológica de que as “crenças induzidas pela percepção”, quando geradas por um sistema cog-

nitivo em estado adequado de funcionamento e sob condições externas normais, são *verdadeiras*.

É certo que nunca entramos diretamente em contato com espécies naturais nem relações causais em nossas confrontações com a natureza. Excluída essa parcela significativa das nossas crenças, restam os “fatos humanos”. Kitcher acredita que, “apesar dos argumentos contrários de Putnam e de outros autores, (...) há fortes motivações para adotar a teoria da verdade como correspondência. . .” para esse tipo de enunciado. Pois “um realista não precisa ter a mesma atitude em relação a todas as classes de enunciados, e a minha versão híbrida combina realismo acerca das entidades físicas e de senso comum com realismo interno acerca das causas. . .” (Kitcher, 1994: 271n). Mas há ainda outras razões para estender a atitude realista a uma parcela mais ampla das crenças científicas. Novamente, o fundamental é rejeitar que a inacessibilidade da realidade independente sirva de motivação para o abandono da noção de verdade como correspondência. Para esse propósito, Kitcher não hesita em apelar ao célebre e polêmico argumento do “milagre”: “considerando as práticas hábeis [isto é, as nossas atitudes que são bem-sucedidas no mundo cotidiano] como algo fundado em crenças que correspondem à natureza, podemos sustentar que seria algo extraordinário se fôssemos capazes de interagir com o mundo de modo tão bem-sucedido tendo como base representações distorcidas a seu respeito” (1993b: 170). A fim de evitar as críticas mais comuns a esse tipo de argumento em favor do realismo, críticas que rejeitam ser uma tarefa científica legítima ou possível a explicação do sucesso da própria ciência, Kitcher pretende que ele possa ser construído como uma coleção de observações naturalistas sobre os estados representacionais dos sujeitos e sobre suas práticas bem-sucedidas. Desse modo,

o argumento do ‘milagre’ deveria ser interpretado como uma solicitação de explicação para a conexão entre os estados representacionais dotados de eficácia causal nas práticas em que

estão envolvidos e o resultado bem-sucedido dessas práticas e, por outro lado, como a afirmação, oferecida em resposta àque-la solicitação, de que esses estados representacionais representam corretamente a parte da natureza à qual dizem respeito. (1993b: 171)

Em linhas gerais, isso corresponde ao enfoque geral do realismo proposto por Kitcher, que visa evitar o compromisso com “doutrinas extremamente abstratas sobre O MUNDO ou sobre o caráter da ‘única teoria verdadeira’”, sustentando-se, ao contrário, nas “respostas a intuições particulares” como as observações naturalistas descritas acima. “A noção de verdade como correspondência é, assim, não uma peculiar extravagância metafísica, mas parte de um importante modo de pensar a nosso respeito e a respeito dos outros.” (1993b: 166)

Mesmo apresentadas assim resumidamente,¹³ espero que essas considerações sejam suficientes para esclarecer as razões de Kitcher para não abandonar definitivamente a teoria da verdade como correspondência, além de introduzir novas restrições suas à tese do realismo forte. Mas talvez a parcela mais decisiva das razões de Kitcher para não aderir irrestritamente ao realismo forte (e à sua presumida metafísica extravagante) estejam contidas nas suas últimas considerações ao final da seção 8 de “The Naturalists Return”. A formulação definitiva para o que seja o objetivo da investigação pura possui uma importante restrição às expectativas de produzir uma explicação estruturada da natureza: *produzi-la na medida em ela seja possível a seres limitados como nós*. Grosso modo, as limitações são basicamente de dois tipos: naturais e sociais. As limitações naturais dizem respeito às possibilidades que nossas faculdades cognitivas nos oferecem de alcançarmos os nossos objetivos — um tipo de consideração com fortes antecedentes na idéia kantiana de que os limites das nossas possibilidades cognitivas são os limites da aplicabilidade de certos conceitos e princípios *a priori*.¹⁴ Uma consequência disso é que, por exemplo, não faz nenhum sentido criticar a verdade como o objetivo da ciência argumentando

que não dispomos de uma perspectiva extrateórica para avaliá-la, pois todas as expectativas factíveis em relação a ela somente serão significativas se considerarem essa nossa limitação cognitiva.¹⁵

Por outro lado, as limitações sociais estão relacionadas à história pregressa da comunidade cognitiva à qual pertencemos. Somos inevitavelmente herdeiros dos êxitos e fracassos de nossos antepassados e o exílio cartesiano não nos parece oferecer melhores chances de alcançarmos nossos objetivos epistêmicos. O erro dos naturalistas radicais na defesa que fazem da diversidade de objetivos nas práticas científicas reais do passado ou do presente relaciona-se justamente a esse fato.¹⁶ Os cientistas inseridos num determinado contexto realizam aquilo que lhes é possível fazer nessas circunstâncias, mas isso não significa que não poderiam fazer melhor se estivessem inseridos num outro contexto ideal.¹⁷ Os juízos normativos sobre a desejabilidade intrínseca da virtude cognitiva podem assim conviver harmoniosamente com diagnósticos históricos sobre as diversidades momentâneas e aparentes nos objetivos dos cientistas ativos.

Mas a historicidade do conhecimento não se revela apenas nas suas remissões aos seus estados passados ou presentes. Ela se estende também ao futuro e, em parte, decorre disso a força normativa que deve ser conferida à epistemologia: “nossas tarefas prescritivas prioritárias são fornecer uma análise dos objetivos da ciência e derivar dela uma teoria sobre o que constitui o progresso na ciência. . .” (Kitcher 1993a: 61).¹⁸ Nesse sentido, o programa normativista de Kitcher significa a retomada do projeto melhorativo da epistemologia tradicional (Bacon, Descartes e outros) que, redimensionado em parâmetros naturalistas, deve finalmente se diferenciar de uma moralização no vazio. O progresso não ocorre somente porque descobrimos mais sobre a natureza, mas também porque descobrimos mais acerca do modo como apreendemos algo sobre a natureza. A lição do naturalismo tradicional é que novas estratégias cognitivas são

sempre articuladas levando-se em conta uma concepção geral sobre os sujeitos cognoscentes e sobre o mundo com o qual interagem, uma vez que “os cânones metodológicos empregados na aceitação ou na rejeição de novas idéias estão imbricados com crenças substantivas” (Kitcher 1992: 74). Por outro lado, Kitcher propõe uma profunda revisão de um dos aspectos centrais das doutrinas tradicionais do progresso científico. Tradicionalmente, a história da ciência tem sido compreendida como uma seqüência de teorias ou arranjos teóricos cada vez mais inclusivos (empirismo lógico) ou verdadeiros (Popper) ou heurísticamente fecundos (Lakatos) ou ainda hábeis para resolver quebra-cabeças (Kuhn). Kitcher propõe que o progresso se estenda aos diversos elementos que compõem as práticas científicas (progresso conceitual, explicativo, erotético, experimental, etc.). A história da ciência torna-se assim *uma seqüência de práticas cada vez mais significativas*. Isso implica que as mudanças científicas devem ser analisadas em aspectos que vão além da tradicional “escolha de teorias”.

4. A desejabilidade intrínseca das unificações explicativas

Há, contudo, ao menos um ponto que parece problemático na própria perspectiva do naturalismo normativo de Kitcher. Recordemos que, segundo a citação no início do parágrafo anterior, a noção de progresso na ciência é derivada de uma explicação dos objetivos da ciência. Por outro lado, a unificação explicativa foi antes definida como critério de significação e, portanto, como instância constitutiva do valor epistêmico. As bases (naturalistas) para tal definição eram as reiteradas vezes em que os esforços dos cientistas conduziram a unificações explicativas bem-sucedidas — os resultados de Newton e de Darwin são emblemáticos para essas conquistas. No entanto, o próprio progresso científico é agora definido em termos da uni-

fição que promove. Nada problemático se se tratar apenas de derivar a noção de progresso da noção de unificação, isto é, do valor epistêmico. Mas parece que há algo mais envolvido nesse ciclo de derivações.

Vejamus esta breve recapitulação das articulações dos diversos conceitos requeridos para as análises acima: (i) o valor epistêmico define-se em termos da contribuição a unificações explicativas (nos casos em que isto nos seja possível, o valor epistêmico pode ser definido *também* em termos da verdade); (ii) o progresso científico define-se em termos da obtenção dos fins (valores) epistêmicos; logo, por (i), o progresso define-se em termos das unificações explicativas; (iii) as unificações explicativas definem-se em termos dos exemplares históricos de práticas científicas bem-sucedidas; e, finalmente, (iv) as práticas científicas bem-sucedidas definem-se em termos das unificações explicativas que promovem. Ora, (iii) e (iv) referem-se mutuamente, de tal modo que os conceitos aí envolvidos são equivalentes ou, se se preferir, (iii) e (iv) envolvem definições reciprocamente circulares.

Os naturalistas, em geral, parecem ter bons argumentos para se livrarem das acusações de circularidade. Esse é o caso, por exemplo, da resposta dada pelo naturalista ao protesto do cético contra a admissão de uma parte da ciência contemporânea na avaliação de aspectos do processo histórico do qual essa mesma ciência emergiu (cf. Kitcher 1992: 91). Mas aqui tais argumentos não parecem ter validade. O naturalista, ao lançar mão de parte dos resultados das ciências empíricas e, assim, recusar-se a jogar o jogo da fundamentação última proposto pelo cético, assume desse modo todo o ônus da falibilidade que suas conclusões possam ter em virtude de se valerem daqueles resultados. Por sua vez, a justificação da unificação explicativa não pode estar sujeita à mesma falibilidade, na medida em que dela depende toda a doutrina do valor epistêmico supremo e universal em que Kitcher pretende sustentar o caráter “normativo” da sua epistemologia naturalista. Depende dessa doutrina

a possibilidade de julgar certas práticas científicas como “bem-sucedidas” e, como facilmente se percebe, esse é um juízo de valor (epistêmico).¹⁹ Se essa reconstrução estiver correta, a noção de unificação explicativa é mais primitiva do que a de prática científica bem-sucedida e, portanto, deve fundar-se independentemente dessa última.

As tentativas de descrever os valores que devem orientar as mudanças científicas se baseiam em geral nas respostas à pergunta “Quais são as características de uma boa teoria científica?” (Cf. Kuhn 1989: 385; Lacey 1998: 61.) O enfoque de Kitcher não escapa a essa regra. Todavia, com um agravante: se o mesmo tratamento naturalista e normativo dado à defesa da verdade como valor epistêmico supremo e universal serve para a unificação explicativa — que, em última análise, é apenas um sucedâneo “factível” daquela —, ele deveria mostrar não apenas a sua *realizabilidade* (os exemplos de Newton e Darwin parecem ser suficientes para esse fim), mas também a sua *desejabilidade intrínseca*. Algo bem próximo disso parece fazer Kant ao formular o *desideratum* da “unidade sistemática” das leis empíricas como uma extensão objetivamente arbitrária (mas subjetivamente necessária) da unidade que os conceitos e princípios a priori do entendimento conferem às nossas percepções sensíveis mais imediatas. Da mesma forma, o realista forte está justificado em supor a unificação atual ou potencial das crenças teóricas em virtude da sua crença substantiva na existência independente de uma estrutura comum entre os objetos, eventos e mecanismos causais na natureza. Todavia, do ponto de vista do naturalismo de Kitcher, essas não parecem ser soluções promissoras, pois acabam gerando outros intrincados problemas epistemológicos.²⁰ Em suma, a sábia decisão de Kitcher de evitar problemas epistemológicos — sejam eles decorrentes do apriorismo kantiano ou da crença realista em mecanismos causais extrateóricos — acaba por acarretar-lhe o ônus de oferecer maiores explicações semânticas. Pois, sem uma clara articulação de (iii) e (iv), as próprias definições

de progresso científico e, conseqüentemente, de valor epistêmico permanecem incompletas.²¹

Bibliografia

- Barra, E. & Menezes e Silva, C. 1998. "A *Via Media* Kantiana no Debate entre Realismo e Anti-realismo Científico." *Crítica* 11: 289–326.
- Clendinnen, F. J. 1998. "Note on Howard Sankey's 'Induction and Natural Kinds'." *Principia* 2(1): 125–33.
- Ellis, B. 1998. "An Essentialist Perspective on the Problem of Induction." *Principia* 2(1): 103–24.
- Glymour, C. 1992. *Thinking Things Through*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Kant, I. 1984. *Crítica da Razão Pura*. 3ª ed. [Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kitcher, P. 1981. "Explanation Unification." *Philosophical Review* 88: 235–62.
- . 1984. *The Nature of Mathematical Knowledge*. Oxford: Oxford University Press.
- . 1986. "Projecting the Order of Nature." In Butts, R. E. (ed.) *Kant's Philosophy of Physical Science*. Dordrecht: D. Reidel, pp. 307–29.
- . 1989. "Explanation Unification and the Causal Structure of the World." In Kitcher, P. & Salmon, W. (eds.) *Scientific Explanation*. Minneapolis: University of Minneapolis, pp. 410–505.
- . 1992. "The Naturalists Return." *The Philosophical Review* 101: 53–114.
- . 1993a. *The Advancement of Science*. New York: Oxford University Press.
- . 1993b. "Knowledge, Society, and History." *Canadian Journal of Philosophy* 23(2): 155–78.
- . 1994. "The Unity of Science and the Unity of Nature." In Parrini, P. (ed.) *Kant and Contemporary Epistemology*. Dordrecht: Kluwer, pp. 253–72.
- . 1998. "A Plea for Science Studies." In Koertge, Noretta (ed.) *A House Built on Sand: Exposing Postmodernist Myths about Science*. Oxford: Oxford University Press, pp. 32–56.

- Kuhn, T. 1978. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- . 1979. “Reflexões sobre Meus Críticos.” In Lakatos, I. & Musgrave, A. (orgs.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, pp. 285–343.
- . 1989. “Objetividade, Juízo de Valor e Escolha Teórica.” In *Tensão Essencial*. Lisboa: Edições 70, pp. 383–405.
- Lacey, H. 1998. *Valores e Atividade Científica*. São Paulo: Discurso Editorial.
- Laudan, L. 1984. *Science and Values*. Berkeley: University of California Press.
- . 1990. *Science and Relativism*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sankey, H. 1997. “Induction and Natural Kinds.” *Principia* 1(2): 239–54.

Keywords

normative naturalism; Philip Kitcher; epistemic values; aim of science; scientific realism

Eduardo Salles O. Barra
Departamento de Filosofia
Universidade Estadual de Londrina
barra@uel.br

Notas

¹ Kuhn cita valores como exatidão, consistência, alcance, simplicidade e fecundidade, entre outros (cf. 1989: 385). Para uma lista bastante ampla dos valores cognitivos referidos por Kuhn e por outros autores, ver Lacey (1998: 62n).

² Na discussão sobre os valores, Kuhn afirma ser “vitalmente importante que os cientistas aprendam a avaliar essas características...”, pois “se eles não adotassem valores como esses, suas disciplinas se desenvolveriam de modo bastante diferente”. Adiante ele radicaliza ainda mais o caráter normativo da aplicação desses valores: “se o grupo de especialistas se comporta como uma multidão, renunciando aos seus valores normais, a ciência já não tem solução” (1979: 323 e 324). Contudo, esses “cânones que tornam científica a ciência” desempenham, na acepção de Kuhn, um papel muito mais demarcatório do que propriamente metodológico, visto que “não são suficientes para determinar as decisões dos cientistas individuais” (1989: 388).

³ A tradução desse artigo de Kitcher será em breve publicada num número especial dos *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* (CLE/UNICAMP).

⁴ Ver na seção 3 de “The Naturalists Return” as discussões sobre as análises dos conceitos de justificação e conhecimento.

⁵ Trata-se aqui da contestação (C) apresentada na seção 5 de “The Naturalists Return” (ver Kitcher, 1992: 80) e cuja refutação é feita na seção 8. Mas Kitcher apresenta os mesmos argumentos contra o modelo reticulado da mudança científica de Laudan (1994), segundo o qual os objetos da ciência estão permanentemente em “fluxo”, isto é, “nenhum conjunto de objetivos vigora para todas as ciências e para todos as épocas” (1993a: 157).

⁶ Ver, por exemplo, Kitcher (1981) e (1989).

⁷ Note-se que as exigências de progresso conceitual e explicativo e o caráter cumulativo que Kitcher pretende lhe atribuir são essenciais para sustentar o projeto *meliorativo* da epistemologia tradicional e a idéia correlata de que somos inelutavelmente dependentes da história cognitiva de nossos predecessores.

⁸ Sankey, por exemplo, defende enfaticamente “que somos racionais ao empregar a indução para a formação de nossas crenças sobre a natureza porque *a natureza é, de fato, uniforme*. Ela é uniforme no sentido de que as espécies fundamentais de coisas existentes são espécies naturais, dotadas de um conjunto essencial de propriedades” (1997: 247; os itálicos são meus). Ver também as discussões sobre essa versão “essencialista” do realismo científico em Ellis (1998) e Clendinnen (1998).

⁹ Para Kitcher, a situação do realista forte envolve a mesma dificuldade identificada por Paul Benacerraf na doutrina platônica dos objetos matemáticos, qual seja, adequar a sua explicação da verdade matemática à teoria causal do conhecimento (cf. 1993a: 170n). O argumento básico de Benacerraf é que se, de acordo com o platonismo, a matemática trata de objetos abstratos independentes da mente, então tais objetos não interagem causalmente com outros objetos; em particular, eles não interagem com nada que seja humano. Entretanto, se adotarmos uma teoria do conhecimento dotada de alguma lucidez, deveremos supor que, quando alguém conhece algo sobre algum objeto, deve haver uma conexão causal entre esse objeto e aquela pessoa. Visto que temos algum conhecimento da matemática, segue-se que ou a teoria platônica da verdade matemática ou a nossa melhor teoria do conhecimento (uma teoria causal do conhecimento) está errada (cf. Kitcher 1984: 102–3).

¹⁰ Embora, em “The Naturalists Return”, não haja qualquer referência a esse respeito, ver Kitcher (1986) e (1994). Para a expressão “estratégia kantiana” e sua ampla concordância com ela, ver Kitcher (1993a: 171–3).

¹¹ Para Kant, enquanto uma atividade da razão, a ciência caracteriza-se pelo emprego de princípios que promovem um certo tipo de ordenação de nossas crenças: “a parte [do nosso conhecimento] de que a razão propriamente dispõe e procura realizar é a *sistemática* do conhecimento...” (Kant 1984, A645/B673). Um dos exemplos de sistematização unificadora prediletos de Kant foi o então recente programa newtoniano de derivar de uma única lei de força todos os fenômenos do movimento. Ele observa que nesse tipo de programa “a razão supõe a unidade sistemática de forças diversas, porquanto leis particulares se subordinam às mais gerais e a economia dos princípios não é só um princípio econômico da razão, mas uma lei interna da natureza” (Kant 1984, A6450/B673). Mas essa unidade sistemática não é objeto de nenhuma experiência possível. Portanto, para ser consistente com sua doutrina geral dos limites legítimos do conhecimento, Kant adverte que a unidade promovida pela razão é apenas projetada, hipotética e destituída de realidade objetiva. Contudo, nem por isso se deve considerá-la menos importante, “pois sem ela não teríamos razão, sem razão não haveria uso coerente do entendimento e, na falta deste uso, não haveria critério suficiente da verdade empírica e teríamos, portanto, que pressupor, em relação a esta última, a unidade sistemática da natureza como objetivamente válida e necessária” (Kant 1984, A651/B679).

¹² Isso exemplifica a proposta de Kitcher de atualizar o “apelo de Kuhn à psicologia com uma “nova aparência” (“new look” psychology)” (Kitcher 1992: 98). Kuhn recorreu à *Gestalt* ou Psicologia da Forma, particularmente à sua descrição das relações entre cognição e percepção (que permite afirmar a impossibilidade de apreender pela percepção aquilo que já não tenha sido antecipado pelas crenças pre-existentes do observador), a fim de sustentar a tese epistemológica de que cientistas defensores de crenças rivais, ao olharem para um mesmo experimento, verão invariavelmente resultados incompatíveis entre si (cf. 1978: 164–71 e 190). Casos como o de Kuhn exemplificam a moral de “The Naturalists Return”: “toda epistemologia precisa de uma psicologia”. Estão incluídos nesse diagnóstico também o empirismo lógico e Popper, *malgré* suas intenções declaradas (cf. Kitcher 1993a: 65n e 62n).

¹³ Os argumentos de Kitcher incluem ainda críticas a outras concepções da verdade (pragmática e deflacionista), que naturalmente ajudariam a esclarecer melhor a sua própria posição. (Ver 1993b: 164–6)

¹⁴ A antecipação de Kant desse tipo de consideração tem sido crescentemente admitida por muitos epistemólogos contemporâneos. Ver, por exemplo, Glymour (1992: 222).

¹⁵ Todo o esforço de Kitcher para “reabilitar a verdade” parece não pretender mais do que sustentar “a idéia de que há algo independente de nós mesmos ao qual temos acesso através de processos que são dependentes dos estados atuais da ciência e do senso comum” e atribuir a essa realidade independente um papel causal decisivo (mas não exclusivo) na gênese de nossas crenças perceptivas (1993a: 131). Ou, dito de outro modo, “nossas crenças são parcialmente causadas pelas nossas interações com a natureza, mediadas evidentemente pelas nossas capacidades e pela estrutura conceitual que herdamos de nossos antecessores” (1993b: 169).

¹⁶ A defesa de Kitcher de uma concepção unitária do valor epistêmico não exclui a possibilidade de que as práticas científicas possam ser orientadas por outros tipos de objetivos, inclusive objetivos não-epistêmicos. Ele propõe a seguinte tipologia para os diversos valores que orientam as práticas científicas: (i) valor epistêmico impessoal, (ii) valor epistêmico pessoal, (iii) valor não-epistêmico impessoal e (iv) valor não-epistêmico pessoal (cf. 1993a: 73). Em “The Naturalists Return”, Kitcher se dedica quase que exclusivamente à análise dos valores do tipo (i) e à defesa da sua persistência sob a aparente diversidade de outros valores, embora faça pequenas incursões por questões relativas aos demais tipos. Ele observa, contudo, que a análise dos valores do tipo (iii), em particular, e de suas relações com os valores do tipo (i) é uma tarefa importante mas bastante negligenciada pela filosofia da ciência atual (cf. 1998, 1992: 113, 1993a: 391). Penso que as análises de Lacey (1998) representam um passo importante no sentido de prover um instrumental crítico e conceitual para a investigação dos valores não-epistêmicos, sem menosprezar sua complexa articulação com os contextos em que vigoram os valores epistêmicos.

¹⁷ ‘Ideal’ aqui no mesmo sentido em que Kitcher diz que “a aritmética deve a sua verdade não às operações dos agentes humanos reais, mas às operações ideais realizadas por agentes ideais”. O status de agente ideal reside apenas em não estar sujeito a certas limitações acidentais que são normalmente impostas aos sujeitos reais. Isso implica que

“a descrição desse sujeito ideal e as condições da sua performance devem ser testadas pelas manipulações efetivas da realidade”. Nada a ver, portanto, com a noção de sujeito ideal cujos poderes cognitivos, desde Kant, os filósofos construtivistas da matemática supõem que possamos conhecer *a priori*. (Kitcher 1984: 109 e 110)

¹⁸ Para evitar qualquer tentativa de associar essa noção de progresso (cumulativo) à noção de progresso cumulativo *em direção à verdade* incisivamente criticada por Kuhn (cf. 1978: 213–6), entre outros, é preciso esclarecer que Kitcher concebe a progressividade de uma seqüência de práticas de maneira comparativa, isto é, “como uma relação binária entre práticas” (1993a: 91).

¹⁹ Laudan enfrenta o mesmo tipo de crítica à sua justificação “pragmática” das regras metodológicas. Segundo ele, as regras metodológicas são enunciados que afirmam a existência de conexões contingentes entre meios e fins: determinados fins são melhor alcançados mediante de certos meios. Há, contudo, um elemento valorativo implícito nessa tese; “um resíduo valorativo” que se revela quando se fala sobre como realizar “melhor” determinados fins. A resposta de Laudan consiste, então, em identificar esse elemento valorativo a um “resíduo não-empírico”, que se revelaria tão-somente no fato de que as regras metodológicas — como, de resto, todas as demais teorias das ciências empíricas — não serem deduzidas exclusivamente das evidências empíricas (cf. 1990: 104). Não avalio aqui se a resposta de Laudan é satisfatória. Observo apenas que essa linha de argumentação está vedada a Kitcher, visto que os seus juízos sobre práticas científicas bem-sucedidas dependem do grau de adequação dessas práticas (enquanto meios) não a quaisquer fins, mas a um valor epistêmico específico, cuja unicidade, precedência sobre os demais e universalidade precisam ser ainda justificadas. (Agradeço a Valter Alnis Bezerra pelos esclarecimento sobre a posição de Laudan.)

²⁰ Segundo Kitcher, “os realistas, em geral, acham muito fácil definir e explicar noções semânticas e metafísicas, mas acabam enfrentando problemas para compreender o modo como conhecemos o que parecemos conhecer” (1993a: 170n). Para os problemas gerados pela solução kantiana, ver nota 17 acima.

²¹ Agradeço a Marcos Rodrigues da Silva, Hugh Lacey e a um dos pareceristas desta revista pelos comentários e sugestões feitos às versões preliminares deste artigo.